

# Estónia - o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial - Comunidades praticantes e *crowdsourcing*<sup>1</sup>

Epp Tamm

Estonian Folk Culture Centre

Inventário online:



[http://www.rahvakultuur.ee/Estonian\\_inventory\\_of\\_intangible\\_c\\_2428](http://www.rahvakultuur.ee/Estonian_inventory_of_intangible_c_2428)



<http://www.rahvakultuur.ee/vkpnimistu/>

Desde 2010 o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial da Estónia está aberto às comunidades para a submissão de elementos culturais. Este artigo apresenta o inventário e descreve como se propõem e inscrevem esses elementos através do método de *crowdsourcing*. Apresenta, ainda, os discursos patrimoniais atualmente debatidos no país.

O Património Cultural Imaterial (doravante PCI), embora sendo algo efémero e perceptível foi definido o pela UNESCO na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, art.º 2.º (UNESCO, 2003). Não vou repetir o texto que a maioria de nós, que lida com a salvaguarda do PCI, sabe de cor. Aqui, o meu foco está numa das medidas que os Estados Partes da Convenção, de acordo com o art.º 12.º, são obrigados a respeitar – a elaboração de um ou mais inventários do património cultural imaterial presente no seu território (id.ibidem). O inventário de PCI medeia este tipo de património dentro e fora das comunidades praticantes.

*“A Convenção é um documento permissivo e a maioria dos seus artigos são redigidos numa linguagem não prescritiva, permitindo que os governos a implementem com flexibilidade. No entanto, a elaboração de inventários é uma das obrigações específicas definidas na Convenção e nas Diretrizes Operacionais para a sua implementação. Os*

*inventários são parte integrante da salvaguarda do património cultural imaterial porque eles podem aumentar a consciencialização sobre o património cultural imaterial e a sua importância para as identidades individuais e coletivas. O processo de inventariação do património cultural imaterial e o tornar esses inventários acessíveis ao público também pode incentivar a criatividade e o respeito-próprio nas comunidades e indivíduos em que as expressões e práticas do património cultural imaterial têm origem. Os inventários também podem constituir uma base para a formulação e concretização de planos de salvaguarda do património cultural imaterial em questão”* (UNESCO, 2011: 4).

Como a participação da comunidade é o principal método de implementação do Inventário do Património Cultural Imaterial na Estónia e todas as entradas são registadas por membros da comunidade ou outras pessoas interessadas, eu enuncio o Inventário Nacional da Estónia como um processo de *crowdsourcing*, especialmente porque a relação entre

<sup>1</sup> A tradução do artigo para português é da responsabilidade dos editores.

o autor da entrada e o elemento de PCI descrito é significativa. O *crowdsourcing*, originalmente definido por Jeff Howe, representa a função de uma empresa ou instituição que tendo ou podendo ser realizada por funcionários dessa empresa ou instituição é protagonizada por terceiros, exteriores à organização. Uma função realizada por uma rede indefinida (e geralmente grande) de pessoas através de uma chamada pública para submissões. O que pode assumir a forma de “produção entre pares” (quando o trabalho é realizado de forma colaborativa), mas também pode ser realizado por indivíduos. O pré-requisito crucial é o uso da chamada pública para submissões junto de uma rede alargada de potenciais interessados (Howe, 2006). Mia Ridge afirma que “o *crowdsourcing* no património cultural é mais do que uma estrutura para a criação de conteúdos: é uma forma de envolver as pessoas, as coleções e a investigação das instituições da memória, beneficia o público e as instituições”. Ridge também se refere ao *crowdsourcing* no património cultural como “processo de coalescência em torno de um conjunto de princípios, particularmente o valor atribuído à participação ativa e às contribuições do público” (Ridge, 2014: 3, 8).

“Representar o património como forma de comunicação é algo inserido nos contextos sociais em que a património é produzido e consumido. Assim, a produção (montagem das exposições), os textos (as próprias exposições: apresentações de slides, audiovisuais, quadros, etc.) e o consumo (a interpretação ativa dos textos pelos visitantes) são aspetos que determinam a forma como o património se comunica” (Dicks, 2000: 71-72). A necessidade de contexto é assim um argumento convincente e justifica que as inscrições de elementos num inventário de PCI sejam protagonizadas pelas comunidades praticantes.

### **O Inventário do Património Cultural Imaterial da Estónia**

Após a ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2006, o Ministro da Cultura da Estónia designou o Centro de Cultura Folk

como o principal órgão responsável pela implementação nacional da Convenção. O Centro participa no processo de desenvolvimento e execução da política cultural, organiza cursos de capacitação e administra programas de apoio ao PCI. Foi criada uma Câmara do Património Cultural Imaterial. Este departamento organiza sessões de informação e capacitação, dá assessoria às comunidades e administra o Inventário Nacional do PCI. Os especialistas do PCI trabalham em estreita colaboração com os funcionários do Centro tendo sido implementada uma rede regional de 15 especialistas em cultura popular (um em cada divisão administrativa da Estónia), outras instituições relevantes, ONGs e representantes das comunidades. O inventário da Estónia não foi construído com base em arquivos existentes para garantir que o mesmo se centrava no PCI como património vivo e para promover a participação da comunidade. O objetivo do inventário é servir os interesses das comunidades locais e, portanto, baseia-se na iniciativa das próprias comunidades.

Ficou claro desde o início que o inventário só se poderia desenvolver através da cooperação com as comunidades, os seus representantes, as ONGs, os museus, as universidades, as instituições de pesquisa, os governos locais e outros parceiros. No início, a abordagem foi posta à prova em 2007 numa das ilhas da costa oeste da Estónia, em Hiiumaa. Uma comunidade mais pequena, já identificada como interessada no processo de inventariação do PCI e, como em muitas outras áreas da Estónia, com trabalho desenvolvido neste âmbito. As experiências e as conclusões do trabalho em Hiiumaa constituíram a base do inventário publicado em 2010.

Melhorar as abordagens e o conteúdo dos manuais de submissão ao inventário é um processo contínuo. Os problemas e as possíveis soluções são discutidos regularmente pelo Conselho da Estónia para o PCI - um órgão consultivo de especialistas. O conselho oferece orientações estratégicas para a salvaguarda, desenvolvimento e promoção do PCI na sociedade e aprova as entradas no Inventário Nacional. A Câmara

do Património Cultural Imaterial do Centro de Cultura Folk funciona como secretariado do Conselho.

O inventário é estruturado de duas maneiras. Por um lado, existem quatro tipos de entradas: elementos do PCI, praticantes individuais, organizações que estão conectadas com o elemento e lugares ou regiões que são importantes para o elemento. Cada entrada inclui pequenos textos analíticos e materiais audiovisuais. As entradas evidenciam as atuais funções sociais e culturais do elemento e as atividades atuais dos praticantes e das organizações, dando uma visão geral das especificidades de cada elemento e do lugar que, atualmente, ele tem na vida das pessoas. As entradas também incluem informações de antecedentes históricos e informações sobre a sustentabilidade do elemento.

Por outro lado, as entradas são organizadas de acordo com os domínios do PCI que representam. Uma lista de três níveis de domínios (lugar, modo de vida, meio ambiente, gestão de recursos naturais, alimentação e nutrição, artesanato, género linguístico e poético, costumes e religião, passatempos e atividades lúdicas) e subdomínios que foram desenvolvidos com a ajuda de um folclorista da Universidade de Tartu. Uma vez que um elemento do PCI está frequentemente relacionado com outros domínios, o inventário inclui links para tantos domínios quantos necessários (ICH-10-2014).

Em seis anos, as comunidades da Estónia fizeram 86 inscrições no Inventário Nacional do PCI. As entradas variam entre elementos do PCI vinculados exclusivamente a uma comunidade específica e os costumes praticados em toda a Estónia.

No âmbito do Inventário Nacional, realiza-se, ainda, uma exposição itinerante chamada "*Heritage Lives!*" composta por 14 elementos do PCI do Inventário Nacional. Curtas descrições dos elementos e algumas imagens foram impressas em roupa de linho e estendidas numa corda simulando a secagem da roupa. A exposição permanece num local conforme o pedido da entidade de acolhimento, às vezes durante

um mês, às vezes por mais tempo. Há também imagens para colorir e outras atividades para as crianças e adultos. Os visitantes podem juntar à exposição informações sobre outras expressões culturais. Normalmente, a exposição abre com uma apresentação ou uma palestra promovida por um especialista do Centro de Cultura Folk sobre o significado do PCI e sobre o Inventário Nacional, incentivando a proposta de novas submissões. A exposição é uma das maneiras que os especialistas encontraram para informar e consciencializar as pessoas em relação às questões do PCI.

### **A Comunidade representando o seu património**

O principal critério para um elemento ser incluído no inventário é que a comunidade deseje incluí-lo. No entanto, tem que corresponder à definição de PCI, ser atualmente um elemento do património vivo valorizado pela comunidade e ter passado de geração em geração. A singularidade do elemento não é relevante, nem a origem étnica nem o tamanho da comunidade. Todas as comunidades da Estónia podem contribuir para o inventário. No entanto, as entradas devem seguir certas diretrizes (por exemplo, ser analíticas) para responderem ao critério informativo e registável (ICH-10-2014).

Em primeiro lugar a questão da responsabilidade é muito importante. Um representante de um grupo cultural tem responsabilidades perante a sua comunidade, mas também em relação a um meio social mais amplo. Por representante, quero dizer, uma pessoa que reconhece que existe uma linha que separa o meio familiar, o meio social e os elementos pelos quais se identifica daquilo que é exterior à comunidade. Uma pessoa que assuma a tarefa de submeter um elemento ao inventário deve ser "apaixonada" pelo património que defende e estar consciente do valor social da transmissão de PCI dentro e fora da comunidade praticante. No entanto, o autor da submissão também deve ser capaz de construir uma visão geral analítica. É importante que perceba que uma entrada no inventário por si não manterá o património vivo. Embora cada entrada tenha uma autoria - quem reúne as informações e faz

a pesquisa -, a entrada deve representar o elemento de PCI segundo a interpretação da comunidade praticante.

O património comunitário cria uma base para a identificação da comunidade, no entanto, as interpretações individuais dos elementos variam. Este é o ponto em que os facilitadores do inventário, como o departamento do PCI do Centro de Cultura Folk na Estónia, devem permitir generalizações ou a entrada deve abranger a diversidade das práticas e como são diferentemente entendidas. É impossível conferir opiniões a todos os membros da comunidade praticante. Os autores das inscrições atuam como mediadores culturais, “o trabalho que fazem é visível e pode ser considerado um produto” (Jacobs, 2014: 273).

Em relação à noção de PCI é de referir que entre as comunidades persistem interpretações que carecem de esclarecimentos e discussão. O autoconhecimento de um grupo cultural pode ser reduzido a símbolos e o PCI certamente fornece-os. A maioria desses símbolos é percebida pelas comunidades como atraente e notável como o artesanato, a gastronomia ou as artes cénicas ou, de outro modo distinguível, a língua ou a religião. Paradoxalmente, os elementos que são mais atraentes, usados e reproduzidos, são também objeto de práticas comunitárias que defendem a sua guarda e a preservação da sua “autenticidade”. Embora as organizações e instituições que implementam políticas de salvaguarda do PCI desencorajem a ideia de preservação da “autenticidade”, as comunidades muitas vezes ainda compreendem o património como algo “antigo”, “certo” e “genuíno”. Uma manifestação do PCI percebida como “autêntica” é mais distinguível do património de outras comunidades e facilita a diferenciação entre o comum e o especial, como consequência mais provável de adquirir capital social. Além disso, entre as comunidades, quando são referenciados elementos representativos do património, muitas vezes são escolhidos exemplos que a comunidade apelida de “puros”.

Existem ainda elementos do PCI tão comuns que a comunidade praticante não os considera património, património comum ou como Bella Dicks (2000: 37) expressou – “património vernacular”. Peter Groote e Tilda Haartsen distinguem entre o discurso do património leigo e o discurso do património popular, sendo o primeiro “baseado em experiências individuais e informações compartilhadas com pessoas familiares, desenvolvido em um campo cultural e social mais amplo, como por exemplo nos media” (Groote & Haartsen, 2008: 183). Os materiais *crowdsourcing* propostos pelas comunidades praticantes para inscrição no inventário do PCI da Estónia é, na minha opinião, ainda parte do discurso do património leigo, embora o resultado dessa submissão, a elaboração de uma descrição pública detalhada de um elemento, possa tornar-se a base para o discurso do património popular. “A adição de valor ao património é ativa e dinâmica, o que significa que o património é sempre um fenómeno em processo, um modo de produção cultural no presente que recorre ao passado” (Kirschenblatt-Gimblett, 1995: 369).

Fazer listas como compilar inscrições para o Inventário Nacional, mesmo pelas comunidades praticantes, ainda é uma questão de (re)interpretação e interpretação do PCI através da comunicação. Criar um texto sobre um elemento de PCI compreensível para pessoas fora da comunidade também faz do processo de representação comunitária e do PCI um processo de verbalização e tradução. No caso do inventário do PCI da Estónia, o Conselho Estoniano para o PCI e um editor analisam todas as entradas antes da sua publicação e fazem sugestões aos autores das submissões - o que pode levar à alteração de significados, tensões e conotações dos textos e dos materiais audiovisuais. No entanto, o autor da entrada tem o direito de recusar essas propostas. O Conselho para o PCI e a Câmara do PCI apresentam-se como “mediadores dos mediadores”. A informação é recolhida através do *crowdsourcing*, as ideias para inscrições devem vir das comunidades e as entradas são feitas pelas comunidades, a comunicação

patrimonial deve começar na comunidade praticante e as informações transmitidas pelos praticantes.

Johannes Fabian (2001) acusou as ciências culturais de manter uma tradição positivista e argumentou que, em vez de promoverem a nostalgia do passado e a preservação de tradições imutáveis, devem prestar atenção à natureza dinâmica e performativa da cultura. Falar sobre o PCI e enfatizar a continuidade, os valores e a sustentabilidade. A comunidade praticante não deve apenas apreciar o seu património por aquilo que foi vivido pelas gerações anteriores, mas também pelo que trará às gerações vindouras. Muitas vezes, a comunidade praticante é refém da busca da “autenticidade”. Além disso, o objetivo do inventário não é conservar um elemento mais popular ou atraente do PCI, mas consciencializar para a valorização do património. O principal objetivo do Inventário Nacional do PCI na Estónia é o de representar o atual e dinâmico património dos povos da Estónia, e é ainda o de incentivar os detentores desse património a analisar seus elementos culturais tradicionais de forma mais ampla compreendendo a sua essência também como um conjunto de valores.

### Conclusão

O artigo foca-se no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial da Estónia como um exemplo da descrição comunitária do seu património. O inventário é desenhado através de uma abordagem *bottom-up* – as comunidades praticantes iniciam e desenvolvem o processo de compilação de dados fazendo uma submissão ao inventário. A Câmara do PCI do Centro de Cultura Folk da Estónia e o Conselho da Estónia

para o PCI dão orientações sobre essa submissão tendo mais tarde, antes da publicação, de aprovar a inscrição do elemento no inventário. Contudo, o promotor da submissão tem a palavra final.

O processo de submissão de um elemento ao inventário é multidimensional. O autor de uma entrada inevitavelmente adiciona a sua interpretação e opinião ao contexto desenvolvido na comunidade praticante, e isso deve ser compreensível para quem é exterior à comunidade. O elemento do PCI neste processo altera-se, move-se entre diferentes discursos do património, dependendo da agência do promotor da submissão (dependendo da forma como este o descreve, o traduz, o transmite, o publicita, etc.)

Depois de seis anos online, o Inventário Nacional da Estónia reúne 86 inscrições de diferentes elementos do PCI. Os elementos descritos são de diferentes domínios, alguns elementos são comumente conhecidos na Estónia, alguns menos inclusivos, muitos são mediáticos e festivos, a maioria deles são aparentemente mundanos - todos eles são importantes para as comunidades praticantes. Para descrever e verbalizar o significado de algo tão elusivo como o PCI é preciso empenho e trabalho, o que pode ser feito de forma mais competente pelas pessoas que vivem esse património. Embora seja um processo de tradução, e a inscrição no inventário pode ser vista como um produto da comunicação cultural, o objetivo do inventário PCI é promover e incentivar a transmissão dos elementos do PCI nas comunidades praticantes valorizando-os.

### Referências

- DICKS, Bella. (2000). *Heritage, Place and Community*. University of Wales Press: Cardiff.
- FABIAN, Johannes. (2001). "Culture with an Attitude. Anthropology with an Attitude". In *Critical Essays*. Stanford University Press. 87–100
- GROOTE, Peter, HAARTSEN, Tilda. (2008). "The communication of heritage: creating place identities". In *Ashgate Research Companion to Heritage and Identity*. B. Graham & P. Howard (eds.), Aldershot: Ashgate. 183.
- HOWE, Jeff. (2006). *Crowdsourcing: A Definition*. URL: [http://crowdsourcing.typepad.com/cs/2006/06/crowdsourcing\\_a.html](http://crowdsourcing.typepad.com/cs/2006/06/crowdsourcing_a.html)
- JACOBS, Marc. (2014). "Cultural Brokerage. Addressing Boundaries and the New Paradigm of Safeguarding Intangible Cultural Heritage". In *Volkskunde* 2014: 3. 265–291.
- ICH-10-2014 – Periodic report by Estonia on the form ICH-10-2014
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. (1995). *Theorizing Heritage*. in *Ethnomusicology*, Vol. 39, No. 3. 367–380.

- RIDGE, Mia. (2014) "Introduction". In: Ridge, Mia ed. *Crowdsourcing Our Cultural Heritage*. Digital Research in the Arts and Humanities. Farnham: Ashgate. 1–13. URL: [oro.open.ac.uk/39685](http://oro.open.ac.uk/39685)
- UNESCO.(2003).*Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*.  
<http://www.unesco.org/culture/ich/en/convention>
- UNESCO. (2011) *Identifying and inventorying Intangible Cultural Heritage. Kit of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage*. UNESCO Sector for Culture